

# Ulysses adia prazo do substitutivo para tentar acordo

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 70, adiou para a próxima sexta-feira, às 24h, o prazo para entrega do novo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM). O prazo terminava hoje, mas Ulysses —a pedido das lideranças partidárias— decidiu dilatar por três dias "para que as negociações sobre o sistema de governo e a reforma agrária tivessem andamento".

Esta é a terceira vez que os prazos do Congresso constituinte são prorrogados por Ulysses. Uma das prorrogações ocorreu a pedido de Cabral, que alegou pouco tempo para terminar seu relatório. Nas outras duas, o motivo foi dar tempo aos parlamentares para que negociassem o sistema de governo. A menos que as esperanças de Ulysses quanto a um acordo sobre as questões polêmicas



se concretizem, resultando na redução do tempo de discussão e votação da nova Carta, a sessão solene para promulgação da Constituição só deverá ser realizada em 16 de janeiro de 1988.

Ulysses tornou a dizer que não será necessário cumprir todos os prazos estabelecidos pelo regimento interno pois, a partir de um acordo entre as lideranças, a aprovação do texto "será tranquila". Para Ulysses, o dia 15 de novembro —quando será comemorado o 98º aniversário da Proclamação da República— continua sendo a data em que pretende promulgar a Constituição. Ulysses disse que tem examinado o texto em elaboração por Cabral, "dado palpites, apontado sugestões e gastado muita saliva nas negociações". afirmou que "pouca coisa será decidida em plenário, pois haverá acordo para as questões polêmicas".

Ele disse ainda que os parlamentares não receberam, de Cabral, o parecer sobre as emendas que apresentaram. Para Ulysses, o prazo maior dará condições ao relator de dar seu parecer, dando satisfação aos que procuraram mudar o texto.

## OS NOVOS PRAZOS DO CONGRESSO CONSTITUINTE

18 de setembro	entrega do novo substitutivo do relator Bernardo Cabral a Ulysses Guimarães.
19 de setembro	publicação do substitutivo.
20 de setembro	distribuição do texto do substitutivo.
21 de setembro a 5 de outubro	discussão do substitutivo na Comissão de Sistematização.
6 de outubro	publicação do parecer da Comissão de Sistematização.
7 de outubro	distribuição do parecer da Comissão de Sistematização.
8 de outubro a 16 de novembro (*)	discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição, com apresentação de emendas.
17 de novembro a 11 de dezembro	Comissão de Sistematização emite parecer sobre as emendas apresentadas no plenário do Congresso constituinte.
12 de dezembro	publicação do parecer da Comissão de Sistematização.
12 a 14 de dezembro	apresentação de emendas ao parecer.
15 a 25 de dezembro	novo parecer da Comissão de Sistematização.
26 de dezembro de 1987 a 8 de janeiro de 1988	discussão, em segundo turno, do projeto de Constituição pelo plenário do Congresso constituinte.
9 a 14 de janeiro	redação final, pela Comissão de Sistematização, do projeto de Constituição.
16 de janeiro	sessão solene para promulgação da nova Constituição.

(\*) A partir desta data, os cálculos foram feitos com base nos prazos máximos permitidos pelo regimento interno do Congresso constituinte.

## É quase certo o confronto entre os blocos

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

A inexistência de mínimas condições para um acordo entre presidencialistas e parlamentaristas até a próxima sexta-feira —quando termina a prorrogação de 48 horas no prazo para que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) apresente seu novo substitutivo— tornou ontem inevitável o confronto entre os dois blocos, na semana que vem, na Comissão de Sistematização.

O impasse, que não constitui propriamente uma surpresa, teve seu roteiro montado por dois ingredientes irreconciliáveis. Os parlamentaristas, ainda afundados em divergências internas, assumiram o compromisso de não abrirem mão de três princípios, sendo o principal deles "a entrega da chefia de governo ao primeiro-ministro", afirmou o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG). Ora, a manutenção da chefia de governo com o presidente da República é, para o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) uma das exigências para a construção de "um modelo muito bem estruturado", a partir do qual os dois blocos chegariam a um distante consenso.

Sant'Anna fala em nome do presi-

### Adjuntos se afastam de suas funções

Da Sucursal de Brasília

Os quatro relatores-adjuntos do PMDB, que auxiliavam no trabalho de preparação dos substitutivos da nova Constituição, afastaram-se do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização. Descontentes com o espaço conquistado por deputados e senadores de "centro-direita" na elaboração da segunda versão do substitutivo, os adjuntos estão deixando suas funções.

Alheio às seguidas reuniões que Bernardo Cabral promovia ontem, tendo como principal aliado o senador José Richa (PMDB-PR), coorde-

nador do grupo dos "moderados", o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que exercia a função de relator-adjunto, compareceu à sessão da Câmara dos Deputados. "Abduquei", disse Jobim, em tom de brincadeira.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) atualmente está se limitando às articulações sobre sistema de governo. Os outros dois relatores-adjuntos —os senadores José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) e Wilson Martins (PMDB-MS)— já não estavam comparecendo às principais reuniões que o relator Bernardo Cabral promoveu nas últimas sema-

nas. Não é a primeira vez que se evoca o argumento, mas, para reforçar a inevitabilidade do impasse, as tendências parlamentaristas no Congresso constituinte afastaram-se ontem ainda mais de qualquer solução "mitigada" que significasse uma concessão no Planalto. De fato, o jurista e senador Afonso Arinos (PFL-RJ) foi encarregado de dar retoques secundários a seu projeto já incorporado ao primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, e que é justamente o texto considerado "inaceitável" por Sant'Anna. As propostas do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) são objeto de qualificações idênticas.

### Desentendimento

Apesar desse desentendimento generalizado, a coreografia constituinte registrou ontem gestos de um apaziguamento inédito nos últimos dias. O senador parlamentarista José Richa (PMDB-PR) visitou por uma hora o gabinete do líder do governo, enquanto parlamentaristas mais radicais, como o senador José Fogaça (PMDB-RS), insistiam, pelos corredores do Congresso, que jamais adotariam uma nova forma de governo como ato hostil ao presidente Sarney.

## As inconciliáveis divergências dos parlamentaristas

Perto de trinta lideranças parlamentaristas iniciaram ontem, às 21h, reunião com a disposição de varar a madrugada, apinhando a sala com bons quadros e espelhos, no apartamento do deputado Alcei Guerra (PFL-PR), centro, na quadra 302 da Asa Norte de Brasília.

Até o início da reunião, entretanto, permaneciam inconciliáveis três cronogramas para que o parlamentarismo, se aprovado, entrasse em vigor.

1 — Opção imediata: É defendida pelo grupo do senador Mário Covas (PMDB-SP), interinamente liderado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), centro-esquerda, e tendo como ramificações o colegiado de vice-líderes peemedebistas no Congresso constituinte;

2 — Opção gradualista: Tem como pregador o senador José Richa

(PMDB-PR), centro, e seu grupo integrado pelos deputados Saulo Queiroz (PFL-MS), centro, e Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), centro, entre outros. Pela proposta, no primeiro ano após a promulgação da Constituição o presidente da República indicaria o primeiro-ministro, sem que o Congresso possa derrubá-lo. No segundo ano, só uma maioria de dois terços permitiria o voto de censura, entrando o sistema a todo vapor apenas no terceiro ano;

3 — Opção Fogaça: O senador José Fogaça (PMDB-RS), centro-esquerda, quer uma transição de apenas um ano, e é apoiado por uma dezena de parlamentares.

As três alternativas têm, como pano de fundo, a permanência ou não do presidente José Sarney no Palácio do Planalto e o ritmo de amputação

de seus poderes, permitindo, assim, o ressurgimento da polêmica em torno da duração do mandato presidencial. Os "gradualistas", por exemplo, dariam a Sarney um sexto ano de mandato, enquanto os "covistas", partidários de um mandato de quatro anos, prevêm eleições diretas já no ano que vem.

Na verdade, apesar das duas dezenas de reuniões efetuadas durante o fim-de-semana e as dez outras ontem, as três posições pouco se aproximaram. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), reunindo-se com o deputado Euclides Scalco, propôs dois estágios de implantação, com dezoito meses de duração cada um. Mas a solução é descartada com sarcasmo pelo deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), centro-esquerda. "Seria um parlamentarismo de pra-

teira", disse ele, ontem, à Folha. Por sua vez, um parlamentarista histórico com o porte de Cid Carvalho (PMDB-MA), centro-esquerda, qualifica o grupo de Richa de "mais sarneyzista" que o próprio Sarney, por adaptar o cronograma ao alfofamento do atual presidente da República.

Nenhum dos grupos vê-se sectarizado a ponto de provocar um impasse interno no bloco parlamentarista. Argumentam que o essencial é a forma de governo pela qual optaram, e não suas disposições transitórias. Mas o fato é que o Palácio do Planalto tira proveito da divisão no campo adversário. Ou, como desabafava ontem à noite Cid Carvalho, "as coisas se complicam para o nosso lado cada vez que alguém grita 'parlamentarismo-já' ou 'fora Sarney'". (JBN)

## AS PROPOSTAS PARA O SISTEMA DE GOVERNO

<b>Afonso Arinos (PFL-RJ)</b> O governo é exercido pelo primeiro-ministro, enquanto o presidente da República é o chefe do Estado. Indicado pelo presidente, o primeiro-ministro deve ser aprovado por maioria simples pelo Congresso Nacional —em seu primeiro substitutivo, o relator Bernardo Cabral (que seguiu a proposta de Arinos) optou pela maioria absoluta. O parlamentarismo seria implantado em 1988, com cinco anos de mandato para Sarney. A apresentação da moção de censura aos ministros provoca a queda de todo o gabinete.	<b>Bonifácio de Andrada (PDS-MG)</b> O parlamentarismo seria implantado em três anos —sendo o mandato de Sarney fixado em seis anos. Durante o primeiro ano, o presidente da República acumularia a chefia do governo e do Estado. Na segunda etapa, o primeiro-ministro precisaria da aprovação do Congresso para exercer suas funções. Para derrubá-lo, seria necessário o voto de dois terços dos parlamentares. Na terceira e última fase, o governo passaria a ser exercido pelo primeiro-ministro. A proposta tem o apoio dos senadores José Richa (PMDB-PR) e Afonso Arinos (PFL-RJ) e do deputado Cid Carvalho.	<b>Theodoro Mendes (PMDB-SP)</b> O presidente é o chefe do Estado e de governo e detém o controle supremo das Forças Armadas. Os ministros, com exceção do Gabinete Civil e ministros militares, estão sujeitos à moção de censura. Para aprová-la, são necessários os votos da maioria absoluta do Congresso. Porém, essa censura pode ser barrada pelo veto do presidente da República. Não existe a figura do primeiro-ministro. Proposta tem o apoio do Planalto, deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Prisco Viana (PMDB-BA), José Lourenço (PFL-BA) e Expedito Machado (PMDB-CE).	<b>Nelson Carneiro (PMDB-RJ)</b> A proposta foi elaborada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) e apresentada por Carneiro. É semelhante ao projeto de Afonso Arinos. O poder do presidente fica limitado à função de chefe de Estado. A emenda Carneiro diferencia-se da de Arinos quanto à aprovação do nome do primeiro-ministro pela Câmara. O presidente submete dois nomes, duas vezes consecutivas, para a aprovação. Rejeitados pela Câmara, caberá a esta indicar um próximo nome. Tem o apoio do senador José Fogaça (PMDB-RS), do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) e de todos os parlamentaristas de esquerda.	<b>Manoel Moreira (PMDB-SP)</b> O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, com cooperação do primeiro-ministro, dos ministros de Estado e do Conselho de Ministros. O primeiro-ministro é um parlamentar indicado pelo presidente, com aprovação por maioria absoluta do Congresso Nacional. O Congresso Nacional pode apresentar moção de censura aos ministros, sendo sua aprovação definida por maioria absoluta. A moção não pode ser feita nos seis primeiros meses ou nos seis últimos da legislatura. Tem o apoio do grupo "ulyssista" favorável à manutenção do presidencialismo com um Congresso forte.	<b>José Fogaça (PMDB-RS)</b> Sarney acumularia a chefia do governo e do Estado até junho de 1988. Durante este período, uma comissão prepararia a implantação gradual do parlamentarismo. A partir daquele mês, o presidente indicaria o primeiro-ministro e formaria seu gabinete —que, durante seis meses, não estaria sujeito à moção de censura do Congresso. Em janeiro de 1989, o presidente seria o chefe do Estado. Tem o apoio do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) e dos parlamentaristas de esquerda.
---	--	---	--	---	---

## Reforma agrária e sistema impedem acordo de grupos

Apenas dois pontos —sistema de governo e a imissão de posse da terra nos casos de reforma agrária— são tidos, por ora, como inconciliáveis entre os dois principais grupos suprapartidários do Congresso constituinte. Em seguidas rodadas de negociações neste último fim-de-semana, o "grupo moderado" e o "do consenso" fecharam posições consensuais para temas polêmicos como "Educação", "Saúde", "Comunicação" e "Forças Armadas".

Embora tenham acertado uma posição única sobre o mecanismo da reforma agrária, os dois grupos têm posições opostas sobre a imissão de posse. Os "moderados" querem garantir, ao máximo, o direito da propriedade privada. Eles estabelecem uma série de recursos judiciais para que o proprietário desapropriado possa recorrer. O "grupo do consenso" quer a imissão imediata